

396201902498

Junte-se ao processado de  
PLC  
nº 83, de 2008  
Em 09/09/2014  
Amir

Ofício nº. 0188/2014/AMB/GAB

Brasília, 01 de setembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** Manifestação contrária ao **Projeto de Lei da Câmara nº 83 de 2008**,  
que dispõe sobre o crime de violação de direitos e de prerrogativas do advogado.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, entidade civil sem fins lucrativos, representativa dos interesses da magistratura em âmbito nacional, vem, respeitosamente, expor a Vossa Excelência sua contrariedade ao Projeto de Lei da Câmara nº 83 de 2008 (PL nº 5762/2005, na Casa de origem), conforme argumentos que seguem.

A proposta em referência visa definir como crime a violação de direitos e prerrogativas do advogado, acrescentando tal disposição na Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

Embora louvável a preocupação com a defesa das prerrogativas da advocacia, entende a AMB, por mais relevante que seja a função desta categoria profissional, que a garantia de suas prerrogativas não precisa se concretizar a custa da criminalização genérica de condutas que possam violar direitos ou prerrogativas de advogados, sob pena de dar margem, em sentido contrário, a arbitrariedades e violação ao princípio da proporcionalidade.



Caso seja aprovado o PLC nº 83/2008, a violação de um conjunto de direitos amplos e variados, previstos no elenco de **vinte incisos** do art. 7º da Lei nº 8.906/94 - que abrange desde o uso de símbolos privativos da profissão de advogado até a imunidade profissional com relação à prática de injúria ou difamação no exercício da advocacia - será criminalizada. Portanto, a violação de qualquer um destes 20 incisos, será crime, o que, certamente, resultará em mais insegurança jurídica ante o inconveniente de reunir condutas variadas, num único tipo penal.

Além disso, no Projeto de Lei em análise não é possível identificar a relevância do bem jurídico a ser tutelado, uma vez que o ordenamento jurídico já prevê modalidades distintas de proteção às prerrogativas dos advogados. Aliás, o art. 3º, "j", da Lei nº 4.898/65 (Lei do Abuso de Autoridade) também já contempla a repressão penal aos atos que atentem contra direitos assegurados ao exercício profissional, o que reforça a ausência de necessidade do tipo penal específico, apenas para os advogados, como proposto.

Portanto, como poderá ser garantida proteção exclusiva e diferenciada a apenas uma determinada categoria profissional, quando a Constituição Federal assegura, no inciso XIII do seu art. 5º, a "liberdade de exercício de *qualquer* trabalho, ofício ou profissão"? Por que só os advogados terão este direito? Por que não, então, outras categorias profissionais, como por exemplo, os membros do Ministério Público e da própria magistratura?

Como é sabido, o país precisa de reformas das normas jurídicas para que seja aplicado o princípio constitucional da duração razoável do processo e com o objetivo de reduzir a taxa de congestionamento de processos nos Tribunais, por exemplo, como se está fazendo com a reforma do Código de Processo Civil, em fase adiantada de discussão no Congresso Nacional. Todavia, caso for aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 83/2008, certamente estes objetivos ficarão mais distantes, pois em última análise, se estará criminalizando




ambiente dos foros, apesar da convivência pacífica que sempre existiu entre juízes, membros do Ministério Público e advogados.

Por fim, cumpre lembrar que no dia 8 de dezembro de 2010, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal já rejeitou o conteúdo deste Projeto, ao acolher Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), que propunha alteração na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para conferir aos conselhos de classe legitimidade no exercício do direito de representação relativo ao crime de abuso de autoridade por atentado aos direitos e garantias indispensáveis ao exercício profissional e aumentar a pena privativa de liberdade cominada ao crime de abuso de autoridade.

Ante o exposto, a AMB pugna aos ilustres senadores **pela rejeição integral** do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83, de 2008 (Projeto de Lei nº 5.762, de 2005, na Casa de origem), bem como suas emendas.

Cordialmente,



**João Ricardo dos Santos Costa**  
Presidente





**SENADO FEDERAL**  
Presidência

Brasília, 02 de setembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Carta nº 0108/14.	Agência Católica de Comunicação – SP.	Indica os nomes do Padre Josafá de Jesus Moraes e da Senhora Angela Maria de Moraes como representantes no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.
Fax-AJUCLA 19. <i>Recebi. 21/9/2014</i>	Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 19ª Região – AL.	Solicita ser colocado na pauta de votação do esforço concentrado, o Projeto de Lei e sua Emenda Aditiva que tratam da aposentadoria dos juízes classistas.
Of. nº 0188/2014/AMB/GAB. <i>Recebi 21/9/2014</i>	Associação dos Magistrados Brasileiros – DF.	Manifesta posição contrária ao Projeto de Lei da Câmara nº 83 de 2008, que dispõe sobre crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado.

Atenciosamente,

  
**EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI**  
Chefe de Gabinete



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 04 de setembro de 2014

Senhor João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da  
Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB,

Em atenção ao Ofício nº. 0188/2014/AMB/GAB, de Vossa  
Senhoria, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do  
Senado, informo que a referida manifestação foi juntada ao PLC nº  
83, de 2008, que *"Dispõe sobre o crime de violação de direitos e  
prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de  
1994"*, conforme tramitação disponível no endereço eletrônico  
[http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=85476](http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=85476).

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

